

Entidade faz manifestação pública

O Movimento Negro Unificado realiza amanhã, às 12h, ato público na plataforma da Rodoviária para a entrega simbólica das reivindicações resultantes da Convenção Nacional do Negro, realizada em agosto deste ano, aqui em Brasília, da qual participaram representantes de 17 Estados brasileiros.

As reivindicações, que serão entregues aos políticos e entidades civis, são as seguintes: garantia dos direitos dos negros; assistência aos menores abandonados negros; diminuição da violência policial contra os negros; valorização da cultura negra; reformulação do ensino e educação para acabar com a discriminação; mais trabalho para os negros e realização de estudos aprofundados, em todas as áreas de trabalho, sobre a questão internacional que envolve o negro (apartheid).

Os negros querem que todas as instituições organizadas discutam as propostas do MNU e, para isto encaminharão as reivindicações ao Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e também ao Palácio do Planalto.

"Nós queremos que na Assembleia Nacional Constituinte nossas propostas sejam encaradas seriamente. Nós queremos nos-

sos direitos garantidos na nova Constituição, porque na prática eles não são. Precisamos de amplos legais para comprovar as atitudes racistas praticadas contra o negro. Só assim poderemos nos defender através do uso da lei", disse Jacira da Silva, que é membro efetivo da Comissão Executiva do Movimento Negro Unificado do Distrito Federal

O MOVIMENTO

O Movimento Negro Unificado foi fundado em 18 de junho de 1978 em São Paulo. Quase um mês depois da fundação, no dia 7 de julho, o MNU reuniu 2 mil pessoas na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo para um ato público. Na ocasião foi lançada uma carta aberta à população explicando a razão da criação do Movimento. A proposta do MNU, na época, era de aglutinar as várias entidades negras existentes no País num único movimento. Desta forma, os negros lutariam em defesa das suas reivindicações com mais força. Logo de início, cinco Estados aderiram ao Movimento, no qual estão engajados até hoje: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

Outros estados mostraram resistência ao MNU porque o achavam muito

radical. O MNU tinha como norma principal (e tem até hoje) o combate radical ao racismo em qualquer situação, ou seja, quando acontece qualquer tipo de perseguição contra algum negro o fato é imediatamente denunciado através de atos públicos e da imprensa falada, escrita e televisada. "Na época, a denúncia do racismo assustava. Por isto, muitos Estados deixaram de fazer parte do MNU", explicou Jacira.

BANDEIRAS

O MNU tem como objetivo lutar pelo fim da discriminação e término da violência policial contra os negros. Os negros querem que o MEC promova modificações nos livros de história do Brasil para que o papel do negro seja revisto e recolocado nos livros e cartilhas exatamente dentro da realidade das épocas narradas pelos historiadores. "É necessário haver mudanças nos livros didáticos; treinamentos para professores dos três níveis e uma luta pelo fim da discriminação começando pelas escolas. Professores racistas transmitem racismo aos estudantes", defendeu Jacira. Além disto, o MNU quer que o MEC introduza nos currículos escolares duas disciplinas: História do Negro no Brasil e História da África.